



A SITUAÇÃO DA MULHER NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

The situation of women in Latin America and Caribbean

**Rosa Maria Marques¹
Estela Capelas Barbosa²
Ana Hutz³**

RESUMO

Este artigo discute a inserção da mulher nas sociedades da América Latina e no Caribe, em seus ambientes de trabalho, nas famílias e nas comunidades, para o período 1990-2010. São analisadas as tendências demográficas e do mercado de trabalho, a violência e a participação feminina no poder legislativo. Embora a situação da

¹ Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <rosamkmarques@gmail.com>.

² Professora Adjunta da Universidade Paulista e pesquisadora do Grupo de Pesquisa - Políticas para o Desenvolvimento Humano da PUCSP. E-mail: <ana.hutz@gmail.com>.

³ Professora Adjunta da Universidade Paulista e pesquisadora do Grupo de Pesquisa - Políticas para o Desenvolvimento Humano da PUCSP. E-mail: <estelacapelas@yahoo.com.br>.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

mulher tenha melhorado nas duas últimas décadas, ela permanece inaceitável devido ao nível de desigualdade de gênero que persiste.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdade de gênero. América Latina. Caribe.

ABSTRACT

This article discusses the insertion of women in Latin América and the Caribbean, in their work environment, families and communities, for the period 1990 – 2010. Demographic and labour market trends, violence and women's participation on Parliament are analyzed. Even though the situation of women has improved in the last two decades, it remains unacceptable, considering the level of gender inequality that persists.

KEYWORDS

Gender inequality. Latin America. Caribbean.

Submetido em 13/05/2011

Aceito em 13/06/2011

1 INTRODUÇÃO

No momento em que o presente artigo estava sendo finalizado, Dilma Rousseff era eleita a primeira mulher presidente da República do Brasil. Sua eleição veio se somar à lista diminuta de mulheres que assumiram o mais alto cargo público nesta região do mundo. Embora isso indique que a mulher se faz mais presente nas sociedades da América Latina e no Caribe do que antes, a condição de tratamento está longe de ser igualitária entre os gêneros. Se desconsideradas as mulheres que assumiram a presidência interinamente, as eleitas para governar seus países são as seguintes: Maria Estela Martínez de Perón (*Isabelita* – Argentina: 1974-1976); Violeta Chamorro (Nicarágua: 1990-1997); Janet Jagan (Panamá: 1997-1999); Mireya Moscoso (Panamá: 1999-2004); Michelle Bachelet (Chile: 2006-2010); Cristina Fernández (*Kirchner* –

Argentina, 2007); Laura Chinchilla (Costa Rica: 2010) e Dilma Rousseff (Brasil: 2011).

No início dos anos 1990, a literatura especializada apontava que, entre 1970 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais do que triplicou, passando de 21,1% para 28,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Mas a maior presença da mulher no mercado de trabalho continuou a ser concentrada em alguns setores de atividade e circunscrita a um pequeno número de profissões. No Brasil, em 1990, 50% das mulheres se concentravam em 6 ocupações: empregadas domésticas, balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria, costureiras, professoras de ensino fundamental e empregadas em funções administrativas. Considerando somente o setor formal da economia, isto é, com direitos trabalhistas e previdenciários, 54% das mulheres se concentravam em 13 ocupações principais: professoras de ensino fundamental e médio; enfermeiras; funcionárias públicas de nível universitário; auxiliar de escritório; agente administrativo; auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária; recepcionista; vendedora; trabalhadora em conservação de edifícios; cozinheira e costureira (RAIS apud CACCIAMALI; PIRES, 1995). Além disso, as diferenças salariais continuaram a ser uma marca entre os gêneros e eram poucas as possibilidades de acesso da mulher a postos elevados nas hierarquias ocupacionais (ABRAMO, 2000).

Em 1990, o nível médio de instrução das mulheres era superior ao dos homens no mercado de trabalho, principalmente nas zonas urbanas, onde as mulheres economicamente ativas possuíam, em média, nove anos de instrução, enquanto os homens apenas oito. A despeito dos maiores anos de estudo, os salários das mulheres continuavam significativamente inferiores aos dos homens, e essa diferença aumentava quanto maior fosse o nível educacional. Na época, a porcentagem atribuída à discriminação de gênero, na

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

diferença de rendimentos entre homens e mulheres, variava, segundo o país, entre 10% e 85% e tendia a ser superior a 50% nos países em desenvolvimento. Em nenhum país latino-americano os rendimentos de homens e mulheres com o mesmo nível de instrução eram equivalentes. A desvantagem relativa dos rendimentos por hora das mulheres adultas em relação aos homens equivalia aproximadamente a quatro anos de educação formal (VALDÉZ; GOMÁRIZ, 1995). Esses autores chamavam ainda a atenção para o fato de a taxa de desemprego feminino ser sistematicamente superior em toda a região e para o aumento da proporção de mulheres em ocupações precarizadas, caracterizadas por trabalho com baixos salários, baixa produtividade, ausência de contratos, ausência de proteção social, tanto nas *velhas* ocupações precárias (trabalho doméstico, por conta própria) como nas *novas* modalidades de trabalho, a saber, em domicílio, eventual, em tempo parcial ou subcontratado.

Entre 1970 e 1990, constatou-se que havia aumentado o número de horas que as mulheres dedicavam ao trabalho remunerado, bem como os anos de vida em que eram economicamente ativas. Além disso, observou-se que havia aumentado a proporção das mulheres que não se afastavam do mercado de trabalho quando tinham filhos, de forma que suas trajetórias laborais apresentavam maior continuidade do que antes. Segundo Abramo (2000), em 1990, a mulher em idade reprodutiva era a que tinha a maior participação no mercado de trabalho e, no período 1970-1990, aquelas com idade compreendida entre 25 e 34 anos e entre 35 e 44 anos eram as que mais haviam ampliado sua participação no mercado de trabalho, com predominância das casadas sobre as solteiras. Ao mesmo tempo, o percentual de famílias chefiadas por mulheres tinha se ampliado, acompanhando a tendência internacional (DAVID et al., 2004).

Em julho de 2010, em Brasília, foi realizada a XI Conferência Regional sobre a Mulher, sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nesta oportunidade, foi apresentada e discutida uma série de estudos sobre a situação da mulher na região. O que mudou durante esses últimos vinte anos, de 1990 a 2010?

Discutir a inserção da mulher nas sociedades da América Latina e no Caribe, em seus ambientes de trabalho, nas famílias e nas comunidades, exigiria o aprofundamento de várias facetas dessa realidade. No espaço desse artigo, sob pena de deixar de lado aspectos importantes da situação da mulher, são analisadas, para a América Latina e o Caribe, no período 1990-2010, as tendências demográficas e do mercado de trabalho, o uso do *tempo livre*, isto é, fora da jornada de trabalho regular, a violência e a participação feminina no poder legislativo. A escolha dessas dimensões da situação da mulher se deve, entre outros motivos, ao impacto do aumento da expectativa de vida da mulher na condição de sua velhice, dada a limitada proteção social existente na região e ao seu relativo grau de dependência; ao fato de, na sociedade capitalista, o mercado de trabalho, principalmente através do rendimento auferido, ser um dos indicadores que melhor expressam o nível de desigualdade existente na sociedade.

Para as fontes, foram utilizados prioritariamente os bancos de dados da CEPAL e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que são esses os organismos que têm disponibilizado, embora de forma restrita e insuficiente, informações padronizadas que permitem fazer análises comparadas. Quando não há estatísticas disponíveis para toda a região, são levados em conta alguns países, selecionados a partir de sua importância populacional relativa na região, para os quais há informações.

2 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E SITUAÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO E NA FAMÍLIA

A proporção das mulheres no conjunto da população da América Latina e do Caribe aumentou levemente no período: de 50,27%, em 1990, para 50,61%, em 2009. Por sua vez, a taxa de fecundidade continuou a cair, atingindo 2,5 para os anos 2005-2010⁴. A CEPAL (2009), em relatório publicado, considera que persistem na região taxas relativamente altas de fecundidade. Essa instituição não comenta, contudo, que a velocidade da queda dessa taxa tem sido muito acentuada⁵ e que, em Cuba, ela já está em nível bastante baixo (1,6) desde o período 2000-2005, segundo estudo feito por Milosovljevic (2007⁶) para a própria Cepal. Outro país onde a taxa é baixa, não permitindo sequer a reposição da população é o Brasil (1,94 filhos por mulher em idade fértil, para 2009 (IBGE, 2009).

A diminuição da taxa de fecundidade é o principal determinante da queda no crescimento da população e das mudanças em sua composição demográfica. São vários os fatores que atuam no processo de redução dessa taxa: os altos níveis de urbanização; o uso de contraceptivos modernos; o aumento da escolaridade entre a população feminina; as mudanças de valores, de credos e de comportamento sexual; as transformações culturais, tais como a entrada maciça no mercado de trabalho, a introdução do divórcio, entre outras. É isso que explica, por exemplo, que a fecundidade

⁴ Para todos os indicadores, o ano de 2010 constitui uma estimativa da CEPAL.

⁵ Quando a velocidade da queda da taxa de fecundidade é muito elevada, é possível que as sociedades não tenham tempo para criar os equipamentos e as condições necessárias para a manutenção de contingentes crescentes de idosos.

⁶ Segundo a autora, esta publicação foi fruto de um esforço de recopilação e sistematização de dados de diversas fontes. As informações por ela tratadas, não estão disponíveis em um banco de dados.

junto à população indígena seja superior a dos outros grupos em países da América Latina (MILOSOVLJEVIC, 2007).

No total dos países da América Latina, para o período 1990-2010, embora tenha se elevado a proporção das mulheres que habitam os centros urbanos (de 71,8% para 80,4%), esse movimento foi ainda maior entre os homens (de 69,3% para 78,6%), refletindo a continuidade do processo de urbanização dessa região. Esse processo foi especialmente acentuado em países como Guatemala, Haiti, Honduras e Paraguai, nos quais, em 1990, a proporção de mulheres que habitavam no meio rural em relação ao contingente feminino era maior do que a proporção de homens em relação ao contingente masculino. Em 2010, essa relação havia se invertido.

No meio urbano, ainda, é significativo o número de mulheres que chefiam famílias monoparentais, tal como pode ser visto na Tabela 1. Se a essa informação somarmos o fato de as mulheres terem remuneração mais baixa do que a dos homens (o que é explorado mais adiante), depreendem-se as dificuldades por elas enfrentadas para dar conta dos cuidados e das despesas necessárias para a manutenção de suas famílias.

Tabela 1

Proporção das mulheres chefe de família no total dos lares, países selecionados

Países	ano	%
Argentina	2004	31,2
Bolívia	2002	44,9
Brasil	2004	38,2
Chile	2003	32,0
Colômbia	2002	35,0
Equador	2004	38,9
México	2004	36,0
Perú	2001	36,1
Uruguai	2004	36,8

Fonte: MILOSOVLJEVIC, 2007, Anexo Estatístico. Elaboração própria.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

Para o período 1990-2010, a expectativa de vida ao nascer das mulheres ampliou-se em 4,4 anos (de 72,4 anos para 76,7 anos, respectivamente), ligeiramente menor do que o ganho registrado junto à população masculina (4,6 anos). Se considerada somente a América Latina, a diferença em termos de ganho de vida se eleva: 4,3 anos para as mulheres e 4,6 anos para os homens. Mas para a maioria dos países selecionados e mostrados na Tabela 2, as mulheres registraram maior ganho em termos de vida, com exceção de três países (Brasil, Colômbia e México), onde ocorreu o contrário. Além disso, para os dois gêneros, é digno de nota o significativo aumento da expectativa de vida ocorrido na Guatemala, no Peru e no Equador.

De 1990 a 2010, aumentou a participação, no total das mulheres, daquelas com idade compreendida entre 15 e 49 anos, de 49,8% para 52,3%, respectivamente. Da mesma forma, o peso relativo daquelas com 60 anos ou mais se elevou de 8,8% para 12,4%. Essas duas informações são de grande valia para a análise da situação da mulher na região. Isso porque a primeira faixa de idade corresponde àquela considerada como a fase reprodutiva da mulher (HADDAD; SILVA, 2000); a idade de 15 anos é definida como a mínima para o ingresso no mercado de trabalho pela Convenção 138 da OIT⁷ (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, [1973]); e a idade de 60 anos corresponde, com exceção da Costa

⁷ A OIT e a legislação de diversos países definem que somente a partir da idade de 18 anos todas as atividades podem ser exercidas. Embora a América Latina e o Caribe tenham apresentado queda no registro de trabalho infantil, ainda há nessa região 14 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos nessa situação, o que equivale a 10% desse segmento populacional (CEPAL, 2009). Como é sabido, parte dessas crianças e adolescentes atua em atividades ligadas à droga e prostituição.

Rica, à idade mínima⁸ para a aposentadoria da mulher, em países selecionados da América Latina em que esse critério de acesso é exigido pelo sistema público (MESA-LAGO, 2006).

Tabela 2
Esperança de vida ao nascer para países selecionados, América Latina e América Latina e Caribe - médias nos períodos e ganhos

Países	Total			Mulheres			Homens		
	1990-1995	2005-2010	ganho anos	1990-1995	2005-2010	ganho anos	1990-1995	2005-2010	ganho anos
Argentina	71,9	75,3	3,4	75,8	79,1	3,3	68,6	71,6	3,0
Brasil	67,5	72,4	4,9	71,5	76,1	4,6	63,7	68,9	5,2
Chile	74,3	78,5	4,2	77,4	81,5	4,1	71,5	75,5	4,0
Colômbia	68,7	72,8	4,1	73,0	76,6	3,6	64,5	69,2	4,7
Cuba	74,8	78,6	3,8	76,7	80,7	4,0	72,9	76,7	3,8
Equador	70,0	75,0	5,0	72,6	78,0	5,4	67,6	72,1	4,5
Guatemala	63,6	70,2	6,6	66,8	73,8	7,0	60,5	66,7	6,2
México	71,8	76,1	4,3	74,6	78,6	4,0	69,0	73,7	4,7
Perú	66,7	73,1	6,4	69,2	75,9	6,7	64,4	70,5	6,1
Venezuela	71,5	73,8	2,3	74,5	76,8	2,3	68,7	70,9	2,2
América Latina	69,1	73,5	4,4	72,5	76,8	4,3	65,9	70,5	4,6
AL e Caribe	68,9	73,4	4,5	72,4	76,7	4,4	65,6	70,2	4,6

Fonte: CEPAL Elaboração própria.

3 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E NA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo a OIT, a participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) da América Latina e do Caribe continuou a se ampliar, passando de 34,1% para 42%, entre 1990 e 2010. Neste último ano, a Argentina aparece como aquele país em que a mulher é mais presente na PEA (50%) e a Nicarágua com o menor percentual de participação (30,3%) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, ©1996-2011).

⁸ Os 60 anos é a maior idade mínima exigida para o acesso à aposentadoria. Há países em que essa idade é menor, chegando a 50 anos, no caso da Bolívia.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

Apesar da maior participação da mulher na PEA, sua ocupação continua fortemente concentrada em quatro atividades econômicas: manufatura, comércio, serviços financeiros e outros serviços (Tabela 3). Nesta última atividade, estão compreendidas as ocupações vinculadas à educação, à saúde e ao emprego doméstico, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres.

Tabela 3
Distribuição percentual da população ocupada urbana feminina, por
setor de atividade econômica, 2008*

Países	Brasil	México	Peru	Venezuela
Agricultura	3,9	0,6	5,6	1,9
Mineria	0,1	0,1	0,2	0,3
Manufatureira	13,7	15,3	11,9	9,4
Eletricidade	0,2	0,2	0,1	0,3
Construção	0,7	1,1	0,4	1,2
Comércio	18,1	24,9	44,5	31,9
Transporte	1,8	1,0	2,5	2,2
Serviços financeiros	8,3	2,0	4,6	5,0
Outros serviços	53,1	54,8	30,1	47,7

* Países selecionados a partir do critério populacional, para os quais há estatística disponível. Fonte CEPAL.

Tal como foi constatado por Valdéz e Gomariz (1995) para os anos 1990, e mencionado na Introdução deste artigo, o salário médio das mulheres continua a ser inferior ao dos homens (Tabela 4). Apesar disso, em todos os países contemplados por essa tabela, a diferença salarial diminuiu, com exceção do Peru, indicando melhora da situação da mulher pelo menos neste aspecto do mercado de trabalho. Note-se, ainda, o grande progresso observado na remuneração relativa da mulher no Equador e na Venezuela.

Tabela 4
Proporção do salário médio das mulheres assalariadas na zona urbana, de 20 a 49 anos de idade, que trabalham 35 e mais horas por semana, em relação ao salário dos homens com as mesmas características

Países	período	1°	2°
Argentina	1990-2006	82,7	84,7
Brasil	1990-2008	66,3	78,0
Chile	1990-2006	70,1	83,0
Colômbia	1990-2005	82,3	88,9
Equador	1990-2008	67,6	93,3
México	1992-2008	78,2	81,5
Perú	1997-2008	83,5	71,2
Venezuela	1990-2008	80,4	94,8

Fonte: CEPAL. Elaboração

Quando se desagrega por faixa de anos de estudo, contudo, realidades diversas se apresentam em cada país. No caso da Argentina, quanto mais alta a escolaridade da mulher assalariada urbana, menor a diferença de sua remuneração em relação aos homens (com a mesma quantidade de anos de estudo). No Brasil, pelo contrário, aumenta a diferença quanto maior forem os anos de estudo, cfom exceção da faixa de 13 anos e mais de estudo, na qual se observa pequena redução (Tabela 5).

Tabela 5
Proporção do salário médio das mulheres assalariadas na zona urbana, de 20 a 49 anos de idade, que trabalham 35 e mais horas por semana, em relação ao salário dos homens com as mesmas características

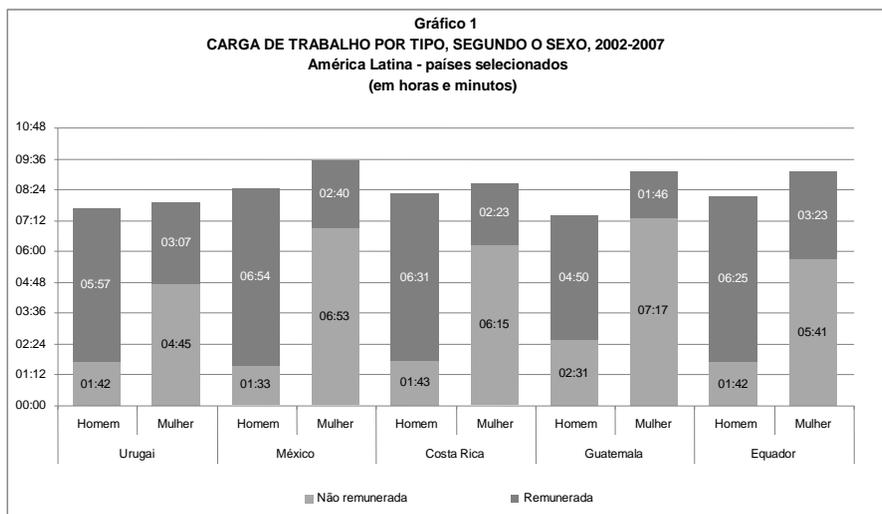
Países	Anos	Faixas: anos de estudo			
		0 a 5	6 a 9	10 a 12	13 e mais
Argentina	2006	63,6	63,8	77,0	77,3
Brasil	2008	70,0	66,0	65,9	67,9
Chile	2006	80,4	79,6	78,2	73,0
Colômbia	2005	85,0	85,9	81,7	79,4
Equador	2008	80,2	79,1	76,2	80,1
México	2008	73,1	72,1	78,2	75,1
Perú	2008	68,2	68,8	73,1	66,7
Venezuela	2008	79,8	80,3	81,3	86,5

Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

Ainda no que se refere ao mercado de trabalho, destaca-se o fato de o desemprego afetar mais as mulheres do que os homens, acompanhando a tendência observada em países situados em outras regiões do globo. No Brasil, por exemplo, a série histórica disponibilizada pelo IBGE (Sistema de Recuperação Automática - Sidra) mostra que a taxa de desocupação foi sempre maior entre as mulheres, desde 1998. Na região metropolitana de São Paulo, a mais populosa do Brasil, a diferença na taxa de desemprego entre homens e mulheres chegava a 5,4 pontos percentuais em julho de 2010 (DIEESE, 2010). Além disso, para o conjunto dos países da América Latina e o Caribe, o desemprego entre as mulheres afeta mais as jovens, as quais têm mais anos de instrução formal (MILOSOVLJEVIC, 2007).

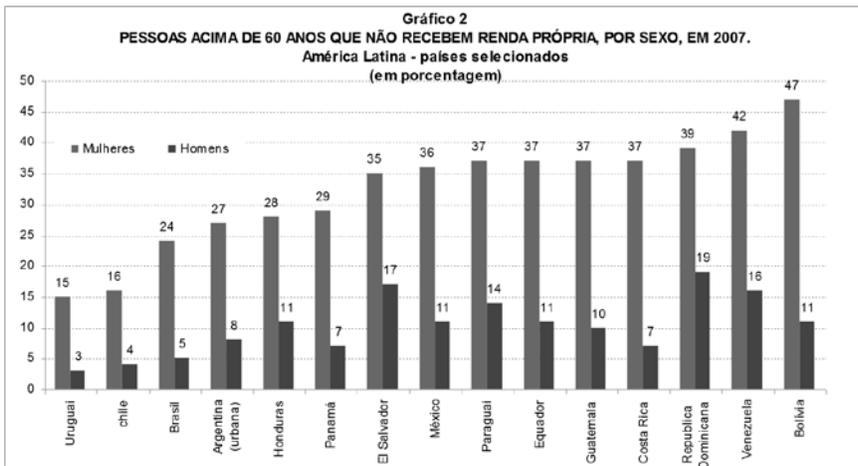
Outro aspecto importante da situação da mulher na América Latina e no Caribe é a manutenção de sua *dupla* carga de trabalho, isto é, a quantidade de horas de trabalho não remunerado que se somam às dedicadas ao mercado de trabalho. No documento informativo de 2009, Panorama Social da América Latina, a CEPAL (2009) avalia que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho nas famílias, isto é, as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças, os idosos e os doentes ou incapacitados continuam sendo considerados pertencentes ao universo feminino. Essa instituição observou que a quantidade de horas despendidas no trabalho não remunerado é sempre e muito maior para as mulheres do que para os homens, em países selecionados (Gráfico 1).



Fonte: CEPAL (2009).

Outro fator da desigualdade entre homens e mulheres da região da América Latina e do Caribe diz respeito à existência ou não de cobertura no momento da velhice. O mesmo estudo da CEPAL (2009) mostra que o percentual de mulheres acima de 60 anos que não tinham renda própria (portanto, também não recebiam nenhuma aposentadoria), em 2007, variava de 15% (Uruguai) a 47% (Bolívia) (Gráfico 2). Para essa situação, contribuem vários fatores, dentre os quais se destacam: (a) a menor presença da mulher no mercado de trabalho nas décadas passadas e (b) o fato de ser maior a proporção de mulheres, que exercem atividades remuneradas junto ao chamado mercado informal de trabalho, sem nenhum vínculo, portanto, a mecanismos de proteção social.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER



Fonte: CEPAL (2009).

As reformas previdenciárias que foram realizadas na região, nos anos 1990 e 2000⁹, substituindo os precários regimes públicos de repartição por regimes de capitalização ou introduzindo regimes mistos, não melhoraram a situação da mulher frente à velhice. Para aquelas que não estão na informalidade (que têm, portanto, os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados), os cálculos atuariais para definir o valor de sua aposentadoria as penalizam, dado que consideram que, em média, vivem mais do que os homens. Além disso, alguns países deixaram de diferenciar a idade de acesso à aposentadoria entre homens e mulheres, prejudicando essas últimas, mais uma vez. Esse foi o caso da Bolívia (65 anos); do México (65 anos); Nicarágua (60 anos); Uruguai (60 anos); Costa

⁹ A exceção foi o Chile que fez sua reforma em 1981. Nos demais países, foram os seguintes os anos de substituição do regime de repartição pelo de capitalização: Bolívia - 1997; México - 1997; El Salvador - 1998; República Dominicana - 2003-2006; Nicarágua - 2004. A Argentina - 1994, o Uruguai - 1996, a Costa Rica - 2001 e o Equador - 2004 criaram um sistema misto - formado do regime público (apenas para garantir um benefício básico) e de um regime complementar, de capitalização (MESA-LAGO, 2006).

Rica (65 anos) e Equador (60 anos). Dessa forma, na América Latina e no Caribe, as mulheres recebem, em média, remuneração mais baixa do que os homens; têm uma carga de trabalho não remunerada elevada e, no momento de se aposentar (mas somente para aquelas que estão vinculadas a um fundo de pensão), percebem que o valor de seu benefício é reduzido em função de terem uma expectativa de vida maior.

4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A violência contra a mulher mantém-se em nível elevado a despeito da legislação de vários países da América Latina e o Caribe ter avançado na tentativa de garantir sua integridade física e psicológica. Contudo, o status da violência contra a mulher é diferente entre os países da região: em alguns ela passou a ter caráter penal e em outros ela é considerada apenas uma contravenção. Esses avanços começaram na década dos 1990, com exceção de Porto Rico (1989)¹⁰.

As estatísticas a respeito da violência apresentam diversos problemas, principalmente devido à baixa notificação da ocorrência. Mesmo assim, as informações disponíveis são indicativas do grau de violência exercida sobre a mulher na região. Note-se que não há dados para os países de maior representatividade populacional, tal como há para os demais indicadores tratados neste artigo.

¹⁰ Modificações nos códigos penais: Porto Rico (1989); Panamá (1995) e Nicarágua (1996). Leis especiais: Argentina (1994), Bolívia (1995), Colômbia (1996) e Chile (1994). Em 2006, o Brasil aprovou a Lei nº11.340 – conhecida como Lei Maria da Penha –, que aumentou o rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Nesse mesmo país, somente em 1994 foi incluído o estupro como crime hediondo e, em 2001, com o novo Código Civil, instituída a igualdade absoluta entre os cônjuges.

A violência contra a mulher pode assumir diversas facetas, isto é, pode constituir-se de maus-tratos físicos, sexuais e em casos mais extremos, na própria morte. Dentro dessas categorias de violência, o caso da Bolívia (2003) é o mais notório. Mais da metade da população feminina, entre 15 e 49 anos (52,2%), já sofreu algum tipo de dano dessa natureza¹¹. Com exceção do Haiti, a violência física tende a diminuir conforme o grau de instrução da mulher (MILOSOVLJEVIC, 2007).

Para os mesmos anos, em termos de violência e abuso sexual¹², o Haiti registra a maior porcentagem de mulheres que sofrem violência por parte do parceiro ou cônjuge (17%), seguido pela Bolívia (15%), pela Colômbia (11%), Nicarágua (10%) e República Dominicana (6%). Há casos em que a violência contra a mulher assume tal magnitude que resulta em morte, tal como pode ser visto na Tabela 6, para países selecionados.

¹¹ A porcentagem de mulheres vítimas de maus-tratos vinculada ao respectivo país de origem corresponde a: Peru – 41% (2000); Colômbia – 30% (2000); Nicarágua – 28% (1998); República Dominicana – 22% (2002); Haiti – 18% (2000).

¹² Entende-se por abuso sexual qualquer ato em que uma pessoa faz uso de poder, força, coerção ou intimidação psicológica para forçar outra pessoa a realizar atos sexuais contra sua vontade. Inclui-se na categoria de abuso sexual, entre outros, o toque intencional do corpo da vítima, diretamente ou sobre a roupa.

Tabela 6

Morte de mulheres provocada por seu parceiro ou ex parceiro	
Taxa por 100.000 habitantes - 2009	
Chile	0,31
Costa Rica	0,31
El Salvador	0,32
Paraguai	0,43
Perú	0,40
Rep. Dominicana	0,81
São Vicente e Granadinas	1,83
Trinidade e Tobago	0,52
Uruguai	0,60

Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

A América Latina concentra algumas das cidades mais violentas do mundo. A mais violenta de todas, tanto em 2008 como em 2009, é Ciudad Juárez, localizada na fronteira do México com os Estados Unidos¹³. Ciudad Juárez é conhecida mundialmente pelo alto índice de *feminicídio*: nos últimos 10 anos, mais de 400 corpos de mulheres foram encontrados no deserto com sinais de violência sexual. Mas esse número pode ser muito maior, pois há fontes que afirmam que cerca de 4.500 famílias buscam suas filhas e irmãs que estariam desaparecidas. A Ciudad Juárez abriga importantes *maquiladoras*, montadoras de eletroeletrônicos e indústrias beneficiadas pelo acordo comercial com os Estados Unidos. E todos os anos, centenas de mulheres começam a trabalhar nas *maquiladoras*, muitas das quais indígenas, expulsas de suas terras

¹³ Ciudad Juárez, Chihuahua, México, conta com 191 homicídios por cada cem mil habitantes, segundo a Subprocuraduría de Justicia del Estado en la Zona Norte y Agencia Estatal de Investigaciones. O ranking das cidades pode ser encontrado no site Seguridad, Justicia y Paz (SEGURIDAD..., 2011).

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

por pressões do governo¹⁴, e muitas oriundas de outras cidades mexicanas. A historiadora Eva Sánchez Martín (2007) interpreta a violência exercida contra as mulheres nessa cidade como uma tentativa de controlar a emancipação feminina e de fortalecer o sistema patriarcal vigente no México, o qual estaria abalado devido à independência financeira feminina provocada pelo emprego nas *maquiladoras*.

Em termos de representação política, diversos países introduziram leis de cotas ou ações positivas para garantir a presença feminina efetiva nos partidos e no poder legislativo: Argentina (1991); Brasil (1996, para representação municipal, e 1998, para representação estadual e federal); Paraguai (1996); México (1996); Panamá (1997); República Dominicana (1997); Bolívia (1997); Costa Rica (1997), Equador (1997); Peru (1997); Venezuela (1998) e Honduras (2000) (ARCHENTI; JOHNSON, 2006).

A Tabela 7 mostra a proporção de mulheres no poder legislativo para países selecionados. Dela se pode inferir que as cotas devem ter influenciado no crescimento da representação das mulheres. Além de Cuba, chama a atenção a presença feminina na Argentina, cuja cota é de 30%.

¹⁴ Por diversas razões, o trabalho feminino tem sido muito mais demandado que

o masculino nas “maquiladoras”. No México, essa situação era mais forte nos anos 1960 e 1970, mas atualmente está invertida. Em Ciudad Juárez, contudo, continuava havendo mais mulheres do que homens nas maquiladoras em 1997, e, ainda mais importante, as práticas de controle do trabalho estão baseadas em uma alta visibilidade do trabalho feminino (De la O, 2007).

Tabela 7
Participação percentual das mulheres no total
dos cargos legislativos - países selecionados e
América Latina e Caribe

Países	1990	2009
Argentina	6,3	40,0
Brasil	5,3	9,0
Chile	7,5*	15,0
Colômbia	5,3	8,4
Cuba	33,9	43,2
Equador	4,5	25,0
Guatemala	7,0	12,0
México	12,0	23,2
Perú	12,0	29,2
Venezuela	10,0	18,6
AL e Caribe	13,5**	21,7

Fonte: CEPAL * 1997; ** 1998. Elaboração própria.

Para completar uma análise da presença das mulheres na política dos países da América Latina e o Caribe, seria preciso ainda considerar sua participação nas comissões parlamentares (para os quais não se tem informação) e no poder executivo, o que já foi mencionado na Introdução deste artigo. Chama a atenção o fato de que o mesmo processo eleitoral que conduziu Dilma Rousseff à Presidência do Brasil elegeu somente duas mulheres para chefiar o executivo no plano estadual, de 26 Estados e 1 Distrito Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar os principais aspectos relacionados à situação atual da mulher na América Latina e no Caribe. Historicamente, essa é uma das regiões do mundo que mais evidencia a desigualdade de gênero e as iniquidades decorrentes,

fato que pode ser percebido até mesmo linguisticamente¹⁵. Quando se faz uma leitura superficial dos fatos, houve uma melhora relativa da posição feminina, ainda que seguindo os mesmos movimentos perceptíveis ao redor do globo. Contudo, quando se debruça mais atentamente sobre as diferentes dimensões em que a mulher, de fato, se faz presente, essa realidade começa a se descortinar de modo diverso.

Quanto às tendências demográficas, além do pequeno aumento relativo da participação das mulheres no contingente da população, são notáveis a queda na taxa de fertilidade e o aumento da expectativa de vida, tendências especialmente observáveis nos países desenvolvidos. Essas duas tendências contribuem para o envelhecimento da população na América Latina e no Caribe, regiões tradicionalmente consideradas jovens. Dessa forma, a questão do envelhecimento populacional ganha importância, apesar de ainda não estar suficientemente em pauta nas discussões políticas regionais.

As informações sobre o mercado de trabalho confirmam a perpetuação do fato de as mulheres estarem em desvantagem, quando comparadas aos seus pares masculinos. As análises mostram que, apesar de mais educadas e qualificadas, elas ganham significativamente menos e ainda enfrentam uma jornada *dupla*, já que muitos serviços domésticos e os cuidados com os filhos, os doentes e idosos são responsabilidade praticamente exclusiva delas. Outro aspecto negativo da realidade feminina na América Latina e no Caribe diz respeito à diferenciação existente entre os gêneros

¹⁵ Tanto na língua portuguesa como no espanhol (os dois idiomas falados largamente na América Latina e Caribe), os pronomes de tratamento sempre assumem a forma masculina quando se referem ao conjunto de homens e mulheres.

no caso da previdência. Muitos países penalizam as mulheres no cálculo atuarial previdenciário devido ao fato de elas viverem em média mais do que os homens. Assim, o contingente feminino é duplamente prejudicado: por um lado, seu benefício é menor, pelo fato de que sua contribuição também o é, já que os salários são mais baixos; por outro, sua vida mais longa é considerada no cálculo, reduzindo, assim, o benefício a receber.

Com relação à violência contra a mulher, apesar de todos os esforços realizados e de todos os marcos legais implantados, tal cenário continua a ser uma triste realidade muito presente na região. Em alguns países, onde há dados disponíveis, a marca chega a atingir 50% das mulheres como vítimas de violência doméstica. Quando não chegam a tanto, os números ainda impressionam, uma vez que se aproximam dos 30%. A Ciudad Juárez, no México, é aqui emblemática, por evidenciar, de forma brutal, a que ponto a violência pôde (e pode) chegar contra as mulheres, e de maneira impune. Também nesse sentido, o abuso sexual consiste em um sério problema que agrava a situação da mulher na América Latina e no Caribe. Apesar de apontar para cifras inferiores às da violência, aproximadamente uma em cada cinco mulheres já foi vítima de alguma forma de abuso sexual nos países para os quais há estatísticas. A ausência de dados não deixa de ser também reveladora, pois demonstra o quanto a situação fica oculta ou é subdimensionada.

Conclui-se que a situação feminina na América Latina e no Caribe melhorou nas duas últimas décadas, mas está longe de seguir os princípios estabelecidos pelos objetivos do Milênio. A participação política da mulher ilustra bem esse fato. Ainda que sua porcentagem tenha aumentado, as mulheres nem ao menos atingem as cotas definidas pelos próprios países de cadeiras no parlamento. Note-se que, na região, nenhuma das cotas supera

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

33%. Portanto, na América Latina e no Caribe, ainda há muito a fazer para que realmente a igualdade de gênero seja estabelecida. Além disso, para melhor compreender a realidade da mulher nesses territórios mencionados, é preciso que os bancos de dados nacionais ampliem o leque de suas informações de gênero e que seja consolidado um banco de gênero para a região.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. A situação da mulher Latino-Americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, D. G.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (Orgs.). **Mulher e Trabalho Experiências de Ação Afirmativa**, Ed. Boitempo, São Paulo: 2000.

ARCHENTI, N.; JOHNSON, N. Engendering the legislative agenda with and without quotas: a comparative study of Argentina and Uruguay. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 52, p. 133-153, 2006.

CACCIAMALI, M. C.; PIRES, J. M. **Instituições do mercado de trabalho brasileiro e desempenho econômico**. São Paulo: FEA-USP, 1995. Mimeo.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2009**: documento informativo. 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37839/PSE2009-Sintesis-Lanzamiento.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CEPAL. **CEPALSTAT** : Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. [200-?]. Disponível em : <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=%20estadisticas>>.

DAVID, O. et al. **Les familles monoparentales en Europe**. Rennes : Université Rennes 2, 2004. (Dossier d'études, n. 54).

DIEESE. **Taxa do desemprego aberto, por sexo**. [2010]. Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=6>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

De la O, Maria Eugenia. El trabajo de las mujeres en la industria maquiladora de México: Balance de cuatro décadas de estudio. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 1, n. 3, p. 404-427, ago./dic. 2006. Disponível em: <<http://www.aibr.org/antropologia/01v03/articulos/010302.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

HADDAD, N.; SILVA, M. B. da. Mortalidade por Doenças Cardiovasculares em Mulheres em Idade Reprodutiva (15 a 49 anos), no Estado de São Paulo, Brasil, 1991 a 1995. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 75, n. 5, p. 369-374, 2000. Disponível em: <<http://www.arquivosonline.com.br/>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20RJ/PNAD/PNAD_2009_v30_Brasil.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

MARTÍN, Eva Sánchez. Femicidio y maquila en Ciudad Juárez. **Revista d'Estudis de la Violència**, Cataluña, n. 2, abr./jun., 2007. Disponível em: <http://www.icev.cat/maquila_femicidi_cat.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2010.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. A SITUAÇÃO DA MULHER

MESA-LAGO, C. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social.** Tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

MILOSOVLJEVIC, V. Estadísticas para la equidad de género: magnitudes y tendencias en América Latina. **Cuadernos de la Cepal**, Santiago do Chile, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 138.** [1973]. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_138.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Estadísticas e bases de datos.** ©1996-2011. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang-es/index.htm>>.

SEGURIDAD, justicia y paz: Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal A.C. 20011. Disponível em: <<http://seguridadjusticiaypaz.org.mx>>.

VALDÉS, T.; GOMÁRIZ, E. **Mujeres latinoamericanas en cifras.** Santiago: Instituto da Mujer de España e Flacso, 1995. (vol. comparativo).